



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Prestação de Contas Anual nº 0600178-03.2023.6.21.0000

Procedência: PORTO ALEGRE/RS

Assunto: PARTIDO POLÍTICO – ÓRGÃO DE DIREÇÃO ESTADUAL –
CONTAS NÃO PRESTADAS – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE
EXERCÍCIO FINANCEIRO

Polo Ativo: PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA – PMB – RS
MONIQUE COSTA MACHADO

Relator: WILLIAM VINICIUS MACHADO DE OLIVEIRA
DES. VOLTAIRE DE LIMA MORAES

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS. DE DIRETÓRIO REGIONAL. EXERCÍCIO DE 2022. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. OMISSÃO DO PARTIDO. PARECER PELO JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS, DEVENDO O PARTIDO SER CONSIDERADO, PARA TODOS OS EFEITOS, INADIMLENTE PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL, NÃO PODENDO RECEBER RECUSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO ATÉ A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO.

I – RELATÓRIO.

Trata-se de prestação de contas do Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA – PMB, a qual foi autuada nos termos do art. 30 da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Resolução TSE nº 23.604/2019 (IDs 45499683 e 45502782), tendo em vista a não apresentação das contas referentes à aplicação de recursos no exercício financeiro do ano de **2022**.

Determinadas a notificação do Diretório Nacional da agremiação e a cientificação dos dirigentes partidários do órgão estadual (ID 45518235), foi certificado o retorno negativo das cartas de intimação (ID 45527078).

Então, foi cientificado o Diretório Nacional do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA – PMB, por e-mail, para que suprisse a omissão na apresentação das contas e regularizasse a representação processual (ID 45532516), tendo decorrido o prazo sem manifestação do órgão nacional (ID 45538542).

Nos termos do art. 30, inc. III, da Resolução TSE nº 23.604/2019, foi determinada a imediata suspensão do repasse das quotas do Fundo Partidário à agremiação (IDs 45549419 e 45568853).

Remetidos os autos para a Secretaria de Auditoria Interna – SAI, foi produzida Informação (ID 45579763) com base na análise dos dados disponibilizados no Portal SPCA – Extrato Bancário, relativos ao Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB, no exercício de 2022, esclarecendo que não foram encontrados extratos de nenhuma instituição financeira. Ademais, a Unidade Técnica registrou que o Diretório Nacional do PMB declarou não ter distribuído recursos do Fundo Partidário ao diretório estadual da agremiação durante o exercício de 2022 e que não há indícios de transferências intrapartidárias realizadas por diretórios municipais ao diretório estadual do partido.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Em seguida, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O partido e seus dirigentes, em que pese devidamente notificados, não apresentaram nenhum documento relacionado às contas da agremiação em relação ao exercício de 2022. Em consulta ao módulo externo do SGIP, pode-se verificar que não há diretório estadual ou comissão provisória estadual vigente desde 09.06.2022¹. Nada obstante, promovida a notificação do diretório nacional, o referido órgão partidário tampouco prestou contas e não constituiu procurador para atuar no feito.

Diante da ausência de elementos mínimos que possibilitem a análise das contas, haja vista a omissão do partido e de seus responsáveis, as contas devem ser julgadas como **não prestadas**, nos termos do art. 45, IV, b), da Resolução do TSE nº 23.604/2019:

Art. 45. Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade das contas partidárias, julgando:

(...)

IV - pela não prestação, quando:

(...)

b) os documentos e as informações de que trata o art. 29, §§ 1º e 2º, não forem apresentados, ou o órgão partidário deixar de atender às diligências determinadas

¹Disponível em <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/informacoes-partidarias/modulo-consulta-sgip3>>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

para suprir a ausência que impeça a análise da movimentação dos seus recursos financeiros.

Uma vez não prestadas as contas, aplicável à espécie a penalidade de suspensão de cotas do fundo partidário e suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, enquanto não regularizada a situação, nos termos dos artigos 37-A da Lei nº 9.096/95 e 47 da Resolução TSE nº 23.604/2019:

Art. 37-A. A falta de prestação de contas implicará a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

(...)

Art. 47. A decisão que julgar a prestação de contas não prestada acarreta ao órgão partidário:

I - a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha; e

II - a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa (STF ADI nº 6.032, julgada em 5.12.2019).

Parágrafo único. O órgão partidário, de qualquer esfera, que tiver as suas contas julgadas não prestadas fica obrigado a devolver integralmente todos os recursos provenientes do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que lhe forem entregues, distribuídos ou repassados.

Quanto à penalidade de suspensão do registro, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Medida Cautelar na ADI nº 6.032, concedeu liminar para afastar *qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, nos termos do art. 28 da Lei 9.096/1995 (ADI 6032 MC, Relator(a): Min. GILMAR*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

MENDES, julgado em 16/05/2019, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO Dje 104 DIVULG 17/05/2019 PUBLIC 20/05/2019).

Essa decisão restou referendada pelo Plenário da Suprema Corte em julgamento, ocorrido no dia 05/12/2019, de procedência parcial da ADI nº 6.032, *para conferir interpretação conforme à Constituição às normas do art. 47, caput e § 2º, da Res./TSE 23.432/2014; do art. 48, caput e § 2º, da Res./TSE 23.546/2017; e do art. 42, caput, da Res./TSE 23.571/2018, afastando qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995, nos termos do voto.*

Assim, a suspensão da anotação do órgão partidário regional depende de posterior representação, a ser interposta após o trânsito em julgado do acórdão que decidir pela não prestação de contas, na forma prevista na Resolução TSE nº 23.571/2018.

Não há falar em recolhimento integral ao erário dos valores referentes ao Fundo Partidário, com base no art. 48, §2º, da Resolução TSE nº 23.546/17, pois não foi possível constatar a existência de recebimento de valores de tal origem, sem prejuízo de eventual constatação futura, em sede de pedido de regularização das contas partidárias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Por tais razões, tem-se que as contas do Diretório Estadual do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA – PMB, devem ser **julgadas como não prestadas**. Conseqüentemente, o partido deve ser considerado, para todos os efeitos, inadimplente perante a Justiça Eleitoral, não podendo receber recursos do Fundo Partidário enquanto não regularizar sua situação.

III – CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se no sentido de que as contas do Diretório Regional do PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA – PMB **sejam julgadas como não prestadas**, com a imposição da penalidade de suspensão de recebimento de recursos do Fundo Partidário até que a situação seja regularizada.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2024.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA
Procurador Regional Eleitoral